



## Uma política comercial renovada para uma Europa mais forte

### Nota de consulta

16 de junho de 2020

#### I. Introdução

Tal como anunciado na sua recente proposta sobre a recuperação da Europa após o coronavírus «*A hora da Europa: reparar os danos e preparar o futuro para a próxima geração*<sup>1</sup>», a Comissão Europeia vai lançar uma revisão da política de comércio e de investimento da Europa. Este processo tem dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar, avaliar como é que a política comercial pode contribuir para uma recuperação socioeconómica rápida e sustentável, reforçando a competitividade no contexto pós-COVID-19, respondendo aos desafios que a UE irá enfrentar e ajudando a promover os nossos valores e normas. Em segundo lugar, compreender de que forma pode a política comercial ajudar a construir uma UE mais forte, com base num modelo de «Autonomia Estratégica Aberta», que explore os benefícios da abertura a favor das empresas, dos trabalhadores e dos consumidores europeus, protegendo-os simultaneamente de práticas injustas e reforçando a resiliência para melhor enfrentarmos os desafios futuros.

Em suma, esta revisão estabelecerá a orientação da política de comércio e de investimento da UE para os próximos anos.

No âmbito deste processo de revisão, e respeitando o compromisso de comunicarmos de forma transparente com os nossos cidadãos e as partes interessadas, decidimos lançar uma consulta pública para uma recolha ampla de contributos sobre as questões e os temas desenvolvidos a seguir.

Receberemos com satisfação contributos de todas as partes interessadas: a indústria, os parceiros sociais, a sociedade civil e os nossos cidadãos. Em especial, desejamos ouvir as numerosas pequenas e médias empresas (PME) que constituem a espinha dorsal da nossa economia exportadora, para compreendermos de que forma pode a política comercial apoiá-las no acesso aos mercados estrangeiros e na expansão da sua carteira de clientes e fornecedores. As respostas à consulta ajudarão a Comissão Europeia a determinar o rumo da política comercial da UE a médio prazo.

#### **Contexto**

O comércio representa uma parte substancial da economia da UE e da nossa vida quotidiana, sustentando muitos dos nossos postos de trabalho e proporcionando-nos uma maior variedade de opções enquanto consumidores. O comércio internacional impulsiona a nossa prosperidade e a dos nossos parceiros globais. Nas últimas décadas, a UE tem beneficiado consideravelmente da economia global interligada, representando o comércio externo quase 35 % do nosso Produto Interno Bruto (PIB) e o valor do investimento direto estrangeiro (IDE) na UE 40 % do PIB. Antes da crise da COVID-19, o nível de abertura da UE era um dos mais significativos a nível mundial, dependendo 35 milhões

---

<sup>1</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1590732521013&uri=COM%3A2020%3A456%3AFIN>

de postos de trabalho na Europa das exportações e 16 milhões do investimento direto estrangeiro. Ou seja, um em cada sete postos de trabalho depende atualmente das exportações — mais dois terços do que em 2000.

O comércio também tem sido particularmente importante para as nossas PME, que representam 87 % de todas as empresas exportadoras da UE e constituem um motor do desempenho da UE em termos de exportações. Finalmente, a UE é também o maior investidor a nível mundial, com mais de 8,7 biliões de EUR em investimentos detidos por investidores da UE no estrangeiro, contribuindo para a competitividade das empresas da UE. As necessidades de investimento privado a nível mundial deverão também continuar a aumentar nos próximos anos para ajudar a concretizar os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) das Nações Unidas<sup>2</sup>.

Embora as exportações sejam utilizadas frequentemente como parâmetro para avaliar o sucesso, as importações são igualmente importantes numa economia mundial baseada na divisão internacional do trabalho. Na Europa, precisamos de importações para abastecer as nossas empresas de matérias-primas essenciais e produtos intermédios, manter a nossa vantagem competitiva e tecnológica, ajudar a disponibilizar postos de trabalho de elevada qualidade, a desenvolver e fabricar produtos de vanguarda e a satisfazer as necessidades dos consumidores. O próprio mercado único da UE é a prova viva dos benefícios fundamentais que o comércio e a cooperação podem proporcionar.

Para além dos benefícios económicos, a política comercial desempenha um papel importante na promoção e salvaguarda das normas e valores da UE, tanto a nível interno como externo. Ao falar a uma só voz em representação de um mercado de 450 milhões de consumidores, a política comercial é um veículo importante para a liderança europeia a nível global. A promoção dos valores (nos domínios dos direitos humanos, do ambiente/clima, dos direitos sociais e laborais, do desenvolvimento sustentável e da igualdade de género, entre outros) tornou-se parte integrante do compromisso que assumimos a favor de uma política comercial mais sustentável e responsável.

Além disso, a nossa política comercial comum opera atualmente num contexto cada vez mais difícil, tanto a nível externo como interno. Responder a esses desafios exigirá uma política comercial mais coerente e articulada com as prioridades externas e internas da UE.

A nível externo, o comércio está cada vez mais exposto à volatilidade das relações internacionais. As tensões entre as principais economias mundiais, o aumento do unilateralismo e do nacionalismo económico, o maior envolvimento dos Estados na economia e a transformação da política comercial numa arma com objetivos económicos ou geopolíticos são fatores importantes que provocaram um enfraquecimento generalizado das estruturas de governação mundial e, em particular, de uma ordem multilateral baseada em regras.

A nível interno, diminuiu a crença de que os benefícios da globalização e da evolução tecnológica são partilhados de forma equitativa e ao longo das cadeias de valor, entre os diferentes setores económicos e pela sociedade no seu conjunto. Além disso, os cidadãos da UE apoiam, cada vez mais, o reforço da agenda política em matéria de alterações climáticas e sustentabilidade. A política comercial deve promover proativamente normas internacionais em matéria ambiental, social e de boa governação nos países parceiros, bem como assegurar que as normas e os valores da UE não são desvirtuados pelo comércio. A política comercial tem de ajudar a superar os desafios geracionais — a transição ecológica e digital —, como estabelecidos nas prioridades políticas da Comissão<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ainda antes da crise da COVID-19, foi estimado que o défice de financiamento necessário para realizar os ODS nos países em desenvolvimento seria de 2,5 a 3 biliões de USD por ano (fonte: CNUCED).

<sup>3</sup> [https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/political-guidelines-next-commission\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/political-guidelines-next-commission_pt.pdf)  
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1588580774040&uri=CELEX%3A52019DC0640>  
<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/content/european-digital-strategy>

A crise da COVID-19 veio acentuar estes desafios. Segundo as previsões económicas da Primavera de 2020 da Comissão, a pandemia provocará uma contração da economia da UE de 7,4 % em 2020, o PIB mundial deverá recuar 3,5 % e o comércio global entre 10 % a 16 %. Simultaneamente, a pandemia expôs alguns dos desafios decorrentes do elevado nível de interconexão. A crise também veio intensificar os desafios ligados ao desenvolvimento nos países em desenvolvimento. O plano de recuperação da UE<sup>4</sup> consiste num roteiro para uma Europa mais sustentável, resiliente e justa para a próxima geração e exige uma adaptação da política comercial para poder apoiar estes objetivos.

## II. Política comercial no mundo pós-COVID-19

- **Assegurar uma maior resiliência: dimensões interna e externa**

A crise da COVID-19 revelou diversas vulnerabilidades, tanto a nível mundial como dentro da UE, que importa considerar. Verificaram-se preocupações imediatas relacionadas com o fornecimento de equipamentos médicos e de proteção: a crise expôs os riscos da dependência excessiva de um fornecedor ou de um número limitado de fornecedores de bens e serviços críticos nestes setores. Tal exige que analisemos de que forma podemos melhorar a nossa capacidade de resiliência.

Nesse sentido, a UE deve promover um **modelo de «Autonomia Estratégica Aberta»**. Isto significa simplesmente reforçar a capacidade da UE para promover os seus próprios interesses, de uma forma independente e assertiva, continuando a trabalhar com parceiros em todo o mundo para encontrar soluções globais para os desafios mundiais. É tão improvável que a UE venha a ser autossuficiente ao nível da produção de determinados produtos de saúde críticos e complexos quanto é impossível enfrentarmos sozinhos desafios globais em matéria climática e ambiental.

Queremos continuar a colher os benefícios do comércio internacional assente em regras e manter a nossa posição de liderança no plano internacional, dispondo em simultâneo das ferramentas certas para nos protegermos contra práticas injustas. Queremos encontrar o equilíbrio certo entre uma Europa que está «aberta ao comércio» e uma Europa que protege as normas, as empresas e os cidadãos europeus. Para preservar a sua competitividade, as empresas da UE continuarão a precisar de aceder aos mercados estrangeiros através do comércio e do investimento. Aumentar a resiliência significa compreender as nossas dependências e reduzir as vulnerabilidades através de uma combinação adequada de políticas.

Tal reflete o objetivo de construir «[Uma Europa mais forte no mundo](#)». Tal como anunciado pela Presidente Ursula von der Leyen nas suas orientações políticas, devemos reforçar o papel da Europa enquanto líder e referência mundial em matéria normativa através de uma agenda comercial sólida, aberta e justa, num contexto mais vasto da ação externa da União.

Globalmente, a política comercial deve procurar **estabilizar o envolvimento estratégico** com os seus principais parceiros comerciais, de acordo com os valores, interesses e objetivos europeus, contribuindo simultaneamente para uma maior diversificação das relações europeias e para a criação de alianças com outros países que partilham a nossa visão.

A relação transatlântica será particularmente importante, uma vez que continua a ser a artéria central da economia mundial e reflete uma aliança mais ampla de interesses e valores fundamentais. No entanto, no mundo atual, também será necessário dedicar especial atenção ao desenvolvimento das nossas relações com outros parceiros comerciais importantes. Neste âmbito, interessa considerar de que forma poderemos desenvolver a nossa relação com a China, simultaneamente um parceiro chave para a cooperação e um rival sistémico<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> [https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response/recovery-plan-europe\\_pt](https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response/recovery-plan-europe_pt)

<sup>5</sup> <https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/communication-eu-china-a-strategic-outlook.pdf>

No que se refere às **cadeias de abastecimento**, para promover a resiliência será necessário combinar várias medidas, de acordo com a análise factual das nossas vulnerabilidades e os objetivos de política pública perseguidos. Tal pode incluir uma maior diversificação da oferta ao nível dos países e das empresas, a criação de reservas e o armazenamento estratégicos, o encurtamento das cadeias de abastecimento ou o aumento da produção nacional. Uma maior sustentabilidade das cadeias de abastecimento pode ajudar a reforçar a sua resiliência.

Para **aumentar a resiliência**, a UE terá de agir nos planos interno e externo. No **plano externo**, será importante desenvolver medidas de governação internacional que apoiem a estabilidade e a previsibilidade. A política comercial pode ser essencial nesta matéria, por exemplo, apoiando um comércio baseado em regras, desenvolvendo parcerias mutuamente benéficas e promovendo acordos comerciais multilaterais, plurilaterais e bilaterais com efeitos indiretos noutros domínios políticos, ou ainda, promovendo o papel internacional do euro.

Os benefícios proporcionados pelo investimento da UE devem servir de incentivo para os nossos parceiros melhorarem o seu contexto empresarial interno e assegurarem que as empresas da UE não são discriminadas. A política de investimento internacional da UE, que é parte integrante da sua política comercial, terá de procurar alcançar este objetivo, sem deixar de responder às exigências mais amplas da sociedade, nomeadamente em termos de investimento sustentável e responsável.

O papel da política comercial no **plano interno europeu** inclui apoiar a competitividade das nossas indústrias (através de oportunidades de exportação e da definição de normas), ajudar a proteger as empresas e os trabalhadores da UE contra um número cada vez maior de práticas comerciais injustas e contribuir para uma maior segurança, nomeadamente, através de uma análise do investimento direto estrangeiro (IDE) e do controlo das exportações de bens de dupla utilização.

A crise da COVID-19 confirmou claramente que, para continuar a ser uma região aberta ao investimento, a UE precisa de poder controlar quem investe no seu território e com que finalidade, e reagir quando um investimento estrangeiro representa uma ameaça à segurança e à ordem pública. O Regulamento da UE em matéria de análise do IDE, em conjunto com mecanismos de avaliação eficientes nos Estados-Membros, visa proteger as empresas e os cidadãos contra os riscos associados ao investimento estrangeiro, sendo provável que este instrumento ganhe maior importância nos próximos anos com a emergência de novas ameaças e intervenientes.

**Questão n.º 1:** Como é que a política comercial pode ajudar a melhorar a resiliência da UE e a construir um modelo de autonomia estratégica aberta?

**Questão n.º 2:** Que iniciativas é que a UE deve adotar — isoladamente ou em articulação com outros parceiros comerciais — para apoiar as empresas, incluindo as PME, para avaliar os riscos e para reforçar e diversificar as cadeias de abastecimento?

- **Apoio à recuperação socioeconómica e ao crescimento**

Prevê-se que a crise da COVID-19 provoque uma **recessão mundial profunda**, com níveis elevados de desemprego, aumento da dívida pública e descida do investimento privado (uma quebra de, pelo menos, 30 % nos fluxos globais de IDE), o que pode conduzir ao **reforço do papel do Estado na gestão da economia**.

Num momento em que os países tentam reagir aos efeitos da crise, existe o risco de escolherem políticas de natureza mais protecionista, prejudicando a sua economia e os consumidores, e pondo em risco a retoma mundial, com repercussões particularmente graves para os países em desenvolvimento. Será sobretudo desafiante assegurar que a resposta à crise e as medidas de recuperação necessárias a curto prazo não se transformam num «novo normal», seja em termos de

intervenções estatais permanentes distorcivas seja de interferência no funcionamento da economia mundial.

Para que o comércio e o investimento prosperem e para maximizar as nossas perspetivas de retoma económica, precisamos de um **quadro estável, previsível e fiável para a governação económica internacional assente em regras**. Por conseguinte, é necessário envidar todos os esforços para reformar a Organização Mundial do Comércio (OMC) e restabelecer o seu papel enquanto fórum eficaz para o estabelecimento de regras comerciais novas e adequadas, garantir a sua aplicação e ajudar a resolver os litígios.

Nos próximos anos, será também essencial que a economia da UE beneficie das oportunidades de crescimento externas. A UE encontra-se já bem posicionada, graças à sua **rede de acordos comerciais** com 76 países em todo o mundo.

Devem ser envidados esforços adicionais para ajudar os nossos exportadores, nomeadamente as PME, a colher todos os benefícios destes acordos, assegurando um maior **acesso ao mercado e facilitação do comércio**, melhores **condições para o investimento** uma maior **proteção dos direitos de propriedade intelectual**, incluindo as indicações geográficas, mas também centrando esforços na **execução e aplicação** das políticas e, de um modo mais geral, garantindo a estabilidade e previsibilidade necessária aos operadores económicos. Neste âmbito, importa considerar o reforço do regime de créditos à exportação da UE. Reforçar a facilitação do investimento pode ajudar os investidores da UE, incluindo as PME, a alcançarem os mercados estrangeiros. A nível interno, a UE terá de assegurar que continua a ser um destino atraente ao investimento.

Promover a **cooperação internacional em matéria de regulamentação** é um elemento importante neste âmbito. A regulamentação europeia tem frequentemente impacto a nível mundial, por exemplo, no domínio da privacidade dos dados ou das normas climáticas/ambientais. A UE também tem participado muito ativamente no desenvolvimento de normas internacionais e alguns dos nossos acordos comerciais têm uma componente de cooperação regulamentar. A UE desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento de regulamentos e normas para as tecnologias novas e ecológicas, que são essenciais para a competitividade e o crescimento sustentáveis no futuro.

Deve ser dada uma atenção especial aos parceiros mais próximos da UE na sua **região vizinha e em África**. Para além da sua importância geográfica e geopolítica, estes países oferecem mercados de crescimento e produção importantes, constituindo igualmente uma fonte essencial de importações de mercadorias e serviços, e integração das cadeias de valor. Por conseguinte, o reforço das nossas relações comerciais e de investimento, incluindo a nível multilateral, é mutuamente benéfico para a UE e para estes parceiros.

**Questão n.º 3:** Como é que o quadro comercial multilateral (OMC) deve ser reforçado para garantir a estabilidade, a previsibilidade e a aplicação das normas favoráveis ao comércio e ao investimento justos e sustentáveis?

**Questão n.º 4:** Como é que podemos utilizar a nossa vasta rede existente de ACL ou novos ACL para melhorar o acesso ao mercado por parte dos exportadores e investidores da UE, e promover a cooperação internacional em matéria regulamentar, especialmente em relação às tecnologias e normas digitais e ecológicas, a fim de maximizar o seu potencial?

**Questão n.º 5:** A que parceiros e regiões é que a UE deve dar prioridade? Nomeadamente, como é que podemos reforçar as nossas relações comerciais e de investimento com os países vizinhos e africanos, em benefício mútuo?

**Questão n.º 6:** Como é que a política comercial pode apoiar a política industrial europeia renovada?

- **Apoio às PME**

As pequenas e médias empresas (PME) são a espinha dorsal da economia europeia, garantindo milhões de postos de trabalho e trabalhando na vanguarda da inovação. Para as PME, exportar significa, antes de mais, vender os seus bens e serviços a outros países da UE. No entanto, após utilizar o Mercado Único da UE para obter a dimensão e a experiência necessárias para exportar, muitas PME atravessam as fronteiras da UE. Assim, o número de PME que exporta bens e serviços para fora da UE tem vindo a crescer com regularidade ao longo do tempo. Em 2017 (últimos dados disponíveis), mais de 85 % de todas as empresas exportadoras da UE27 eram PME. Estima-se que as PME exportadoras sejam responsáveis por aproximadamente 13,4 milhões de postos de trabalho na Europa<sup>6</sup>, representando também cerca de 40 % de todas as exportações de serviços da UE.

As PME beneficiam da orientação geral da política comercial da UE, uma vez que **dependem particularmente de um contexto empresarial estável e previsível** e ganham com um maior acesso aos mercados em crescimento através dos nossos acordos de comércio e investimento.

No entanto, as PME enfrentam geralmente **custos mais elevados para participar no comércio internacional**, sobretudo devido a dificuldades no acesso à informação sobre potenciais fornecedores e parceiros comerciais nos países terceiros, bem como dificuldades no acesso ao financiamento. Por conseguinte, a UE implementou ferramentas e medidas específicas para apoiar as atividades externas destas empresas, nomeadamente incluindo capítulos específicos sobre as PME em ACL recentes e criando pontos de contacto para as PME, bem como a Rede Europeia de Empresas («Enterprise Europe Network»)<sup>7</sup>, um serviço de assistência para as PME em matéria de direitos de propriedade intelectual (DPI) e um serviço de assistência às PME no domínio da defesa comercial. A Comissão organizou também diversas Jornadas de Acesso aos Mercados nos Estados-Membros para chegar às PME e ajudá-las a ultrapassar obstáculos que possam enfrentar ao exportar para países terceiros. Além disso, várias iniciativas mais amplas da Comissão têm como objetivo apoiar a internacionalização das PME<sup>8</sup>.

No entanto, há certamente muito **potencial inexplorado para apoiar as atividades comerciais e de investimento das PME europeias**, especialmente no âmbito do número crescente de acordos comerciais e de investimento da UE. Muitas PME não têm conhecimento destas oportunidades, incluindo em matéria de contratos públicos, ou pensam que apenas se destinam a empresas de maior dimensão. Além disso, as PME foram gravemente afetadas pela perturbação das cadeias de abastecimento provocada pela crise da COVID-19 e pela queda da procura global. Sendo certo que o acesso ao financiamento será essencial, a política comercial também pode ajudar a apoiar a sua recuperação, criando novas oportunidades.

**Questão n.º 7:** Que mais podemos fazer para ajudar as PME a beneficiar das oportunidades proporcionadas pelo comércio e o investimento internacionais? Em que domínios têm necessidades ou desafios específicos que seja possível considerar nas medidas e nos apoios da política de comércio e investimento?

<sup>6</sup> «The role of SMEs in extra-EU exports: Key performance indicators» (O papel da PME nas exportações extracomunitárias: indicadores-chave de desempenho), Nota do economista principal, 15 de junho de 2020, [https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2020/june/tradoc\\_158778.pdf](https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2020/june/tradoc_158778.pdf)

<sup>7</sup> A maior rede de apoio às PME com ambições internacionais a nível mundial, <https://een.ec.europa.eu/>

<sup>8</sup> [https://ec.europa.eu/growth/smes/access-to-markets/internationalisation\\_pt](https://ec.europa.eu/growth/smes/access-to-markets/internationalisation_pt)

- **Apoiar a transição ecológica e tornar o comércio mais sustentável e responsável**

A pandemia da COVID-19 não pôs termo às **alterações climáticas, à perda de biodiversidade ou aos níveis insustentáveis de utilização dos recursos** — pelo contrário, dar resposta a estas preocupações continua a ser prioritário. Simultaneamente, existe um risco real de que a concentração de esforços na retoma da economia global conduza ao esquecimento destas questões.

A UE é **líder mundial nos domínios da ação climática e da sustentabilidade**, e o Pacto Ecológico Europeu, enquanto estratégia de crescimento da Europa, deve servir de roteiro para os esforços de retoma a nível mundial, ajudando na transição para uma economia mais sustentável e sem impacto no clima. A Comunicação Conjunta sobre a Resposta Global da UE à COVID-19<sup>9</sup> sublinhou a importância da sustentabilidade, bem como do respeito pelos direitos laborais e da responsabilidade empresarial nas cadeias de valor. A promoção do trabalho digno<sup>10</sup> e a melhoria das condições de trabalho a nível interno e externo continuam a constituir uma prioridade para a UE. Além disso, a Comissão está totalmente empenhada na concretização dos ODS das Nações Unidas e tem intensificado esforços com vista à sua integração em todas as suas políticas. O impacto específico da crise nos países em desenvolvimento deverá merecer especial atenção.

**A política comercial desempenha um papel importante** neste âmbito<sup>11</sup>. Os esforços para promover o desenvolvimento sustentável através da política comercial já aumentaram significativamente nos últimos anos, conforme refletido no plano de ação de 15 pontos em matéria de Comércio e Desenvolvimento Sustentável<sup>12</sup>, nomeadamente através dos compromissos juridicamente vinculativos de ratificar e aplicar eficazmente as convenções ambientais internacionais, especialmente o Acordo de Paris e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), bem como as normas laborais internacionais. Os esforços em matéria de aplicação e execução aumentaram significativamente, incluindo mediante o lançamento de processos de resolução de litígios e a criação do Alto Responsável pela Aplicação dos Acordos Comerciais que representa um apoio adicional neste domínio.

A política comercial da UE pode ajudar a fomentar a mudança tanto no nosso mercado único como em todo o mundo, nomeadamente utilizando as suas ferramentas (multilaterais, bilaterais ou unilaterais) para **promover uma abordagem sustentável do comércio e do investimento e contribuir para o desenvolvimento**. Tal inclui a facilitação de um comércio e de um investimento ecológicos e um maior apoio à aplicação de normas internacionais, bem como o envolvimento dos nossos parceiros comerciais na resolução de desafios comuns, como as alterações climáticas ou os problemas ambientais mais gerais, a pesca ou as práticas agrícolas sustentáveis, os direitos humanos e laborais ou as questões da igualdade de género.

O desejo da Comissão de integrar o cumprimento do Acordo de Paris em todos os futuros acordos gerais em matéria comercial, de estabelecer um mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira para reduzir o risco de fugas de carbono, caso se mantenham as diferenças nos graus de ambição a nível climático no mundo, e de aplicar «tolerância zero» ao trabalho infantil reflete o seu compromisso a favor de um comércio mais sustentável e responsável.

---

<sup>9</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1587137884705&uri=CELEX%3A52020JC0011>

<sup>10</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Aem0023>

<sup>11</sup> *Pacto Ecológico Europeu*, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1593709293112&uri=CELEX:52019DC0640>

*A Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 – Trazer a natureza de volta às nossas vidas*, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1590574123338&uri=CELEX%3A52020DC0380>

*Estratégia do Prado ao Prado para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente* <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0381>

<sup>12</sup> [https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2018/february/tradoc\\_156618.pdf](https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2018/february/tradoc_156618.pdf)



Além disso, a **crise da COVID-19 impulsionou o debate sobre a promoção da sustentabilidade, a responsabilidade das empresas e a transparência das cadeias de abastecimento**, nomeadamente promovendo o respeito das regras processuais como instrumento para uma maior resiliência<sup>13</sup>.

No âmbito da revisão da política comercial europeia, importa refletir sobre formas mais eficazes de aplicar a política comercial para promover mudanças na sociedade, tanto na UE como nos nossos países parceiros.

**Questão n.º 8:** Como é que a política comercial pode facilitar a transição para uma economia mais ecológica, justa e responsável, a nível interno e externo? Como é que a política comercial pode ajudar a promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas? Como é que a execução e aplicação das políticas podem apoiar estes objetivos?

**Questão n.º 9:** Como é que a política comercial pode ajudar a promover uma conduta empresarial mais responsável? Que função deve desempenhar a política comercial na promoção de cadeias de abastecimento transparentes, responsáveis e sustentáveis?

- ***Apoiar a transição digital e o desenvolvimento tecnológico***

A **crise da COVID-19 acelerou a revolução digital** — o comércio eletrónico, a aprendizagem eletrónica, o teletrabalho e os serviços eletrónicos tornaram-se elementos essenciais da nossa sociedade. Embora possamos voltar às práticas anteriores em determinados domínios, muitos ficarão tal como estão definitivamente.

Por conseguinte, a crise **realçou a importância do comércio digital** e o seu papel na facilitação das cadeias de valor mundiais e no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, reafirmando simultaneamente a necessidade de um quadro eficaz em matéria de privacidade dos dados. Estes desenvolvimentos suscitaram a necessidade de acelerar a criação de normas internacionais para o comércio eletrónico, incluindo em matéria de fluxos de dados, nomeadamente no âmbito da Iniciativa de Declaração Conjunta sobre Comércio Eletrónico da OMC. Para além das disposições relativas aos fluxos de dados nos acordos comerciais, os instrumentos fornecidos pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da UE para as transferências de dados internacionais facilitam fluxos de dados seguros, garantindo um elevado nível de proteção dos dados.

Além disso, as novas tecnologias e alterações nos modelos de negócios — nomeadamente, nos domínios da inteligência artificial, cadeia de blocos (*blockchain*) e impressão 3D — estão a afetar aquilo que comercializamos e de que forma comercializamos.

Simultaneamente, assistimos ao **reforço de políticas industriais assertivas por parte de países terceiros**, em especial nos setores de alta tecnologia, normalmente através de apoios consideráveis do Estado. Esta tendência iniciou-se antes da pandemia e comportará riscos de distorções comerciais cada vez mais significativos para as empresas da UE.

Tendo em conta as tendências recentes, devemos examinar como é que a política comercial da UE pode apoiar a transição digital e ajudar a assegurar a posição da UE no domínio digital a longo prazo.

**Questão n.º 10:** Como é que as regras relativas ao comércio digital beneficiam as empresas da UE, incluindo as PME? Como é que a política comercial pode apoiar a transição digital, na UE mas também em parceiros comerciais que são países em desenvolvimento, nomeadamente no que toca

<sup>13</sup> <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/8ba0a8fd-4c83-11ea-b8b7-01aa75ed71a1>



a tecnologias digitais essenciais e grandes desenvolvimentos (por exemplo, cadeia de blocos, inteligência artificial, grandes fluxos de dados)?

**Questão n.º 11:** Quais são as maiores barreiras e oportunidades para as empresas europeias que se dedicam ao comércio digital em países terceiros ou para os consumidores quando se envolvem no comércio eletrônico? Qual a importância das transferências internacionais de dados para a atividade das empresas da UE?

- ***Garantir a justiça e condições de concorrência equitativas***

O compromisso de maior abertura continua no cerne dos planos da UE para garantir o crescimento, a prosperidade e a competitividade no futuro. No entanto, este compromisso tem de ser acompanhado por esforços para **garantir que a nossa abertura não é alvo de abusos, mediante práticas comerciais injustas, hostis ou anticoncorrenciais**. A boa governação fiscal também tem um papel a desempenhar para garantir condições de concorrência equitativas e deve acompanhar os instrumentos a nível comercial e de investimento.

Antes da crise, esta abertura estava a ser cada vez mais explorada por outros intervenientes de grande dimensão, nomeadamente através de políticas industriais com intervenção considerável do Estado, e existe certa preocupação de que no contexto pós-COVID-19 essas práticas abusivas se intensifiquem. Nos últimos tempos, assistimos também à utilização de medidas coercivas por parte de alguns parceiros comerciais. Será necessária uma reflexão profunda sobre a forma como a UE poderá responder a estas ações coercivas, forçando a UE ou os seus Estados-Membros a agir, ou a abster-se de agir, em concreto.

A abordagem preferida da UE para responder a essas práticas consiste em **garantir condições de concorrência equitativas acordando regras claras com os parceiros europeus**, por exemplo, através de novas regras em matéria de subsídios industriais na OMC ou nos nossos acordos comerciais regionais e bilaterais.

No entanto, nem sempre isto é possível e, por vezes, os nossos parceiros não respeitam estes compromissos. Nessas situações, torna-se **importante defender os nossos direitos de forma mais assertiva**, utilizando as ferramentas existentes de defesa comercial ou resolução de litígios — e criando novas ferramentas sempre que necessário, por exemplo, atualizando o Regulamento de Execução e protegendo e atualizando os mecanismos de resolução de litígios no âmbito da OMC e de acordos comerciais bilaterais.

Outros exemplos neste sentido são o lançamento do Instrumento de Contratação Pública Internacional ou os trabalhos da Comissão para eliminar os efeitos distorcivos dos subsídios internacionais<sup>14</sup> no mercado interno. A nomeação de um Alto Responsável pela Aplicação dos Acordos Comerciais sublinha a importância crescente da aplicação correta dos compromissos assumidos pelos nossos parceiros comerciais nos acordos bilaterais e multilaterais, seja em termos de acesso ao mercado ou de desenvolvimento sustentável.

**Questão n.º 12:** Para além dos instrumentos existentes, como a defesa comercial, de que forma deve a UE responder às práticas comerciais coercivas, distorcivas e injustas de países terceiros? Os instrumentos existentes devem ser melhorados ou deverão ser considerados instrumentos

---

<sup>14</sup> Livro Branco sobre a Criação de Condições de Concorrência Equitativas no que respeita às Subvenções Estrangeiras, a publicar no dia 17 de junho.

adicionais?

- **Perguntas gerais**

**Questão n.º 13:** Que outros temas importantes não abrangidos pelas questões anteriores é que a Revisão da Política Comercial deve abordar?

### **III. Processo de consulta**

O processo de revisão da política comercial irá basear-se numa ampla consulta junto das partes interessadas, incluindo debates públicos realizados nos Estados-Membros da UE e contributos escritos.

Convidamos as partes interessadas a enviar as suas respostas às perguntas formuladas mais acima até **15 de novembro de 2020**, para a caixa de correio funcional: [trade-policy-review-2020@ec.europa.eu](mailto:trade-policy-review-2020@ec.europa.eu).

*A presente nota de consulta estará disponível em julho em todas as línguas oficiais da UE.*

*Declaração de privacidade:* <https://trade.ec.europa.eu/doclib/html/158781.htm>